

# O Emprego do Poder Aeroespacial em Operações de Paz:

Perspectivas e Necessidades para Viking 22 com Enfoque nos Eventos e Incidentes das Unidades Aéreas Nível 2 do UNPCRS

---

Maj AV Pedro Henrique Nascimento dos Santos – henrique.santos@defesa.gov.br

## Resumo

O presente trabalho tem como pretensão estabelecer, de maneira qualitativa, a relação entre as perspectivas e necessidades para o Exercício VIKING 22 e os eventos e incidentes a serem atribuídos às Unidades Nível 2 Ofertadas pelo Brasil ao Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz nas Nações Unidas (UNPCRS – *United Nations Peacekeeping Readiness Capability System*) no que se refere ao emprego do poder aeroespacial em operações de paz.

Palavras-chave: Exercício VIKING 22, UNPCRS, Poder Aeroespacial

## Abstract

*The present paper intends to establish, in a qualitative way, the relationship between the perspectives and needs for Exercise VIKING 22 and the events and incidents to be attributed to Brazilian offered Level 2 Units to the United Nations Peacekeeping Capability Readiness System (UNPCRS) regarding the use of aerospace power in peace operations.*

*Keywords: Exercise VIKING 22, UNPCRS, Aerospace Power.*

## 1. Introdução

O Estado Brasileiro, por meio de suas Forças Armadas, possui unidades aéreas militares ofertadas ao sistema de prontidão de capacidades de manutenção da paz das Nações Unidas que, de acordo com os interesses nacionais, e em respeito aos tratados e acordos internacionais, mantém ações permanentes voltadas ao preparo e à manutenção operacional de recursos humanos e materiais a serem eventualmente empregados em missões de paz.

Entre os dias 28 de março e 7 de abril de 2022, o Brasil participará do Exercício VIKING 22. Neste evento há a possibilidade de treinamento simulado

das ações de planejamento, comando e controle voltadas para a realização das tarefas aéreas normalmente desenvolvidas em operações de paz, principalmente no que se refere ao processo decisório a ser implementado pelos membros de estado-maior e oficiais em posição de liderança, que devem levar em consideração fatores preponderantes como o mandato da missão, as normas e padronizações específicas de cada missão, conhecidas como *Standard Operating Procedures (SOP)*, as regras de engajamento, o conhecimento das próprias atribuições e capacidades estabelecidas em documentos como o Memorando de Entendimento (MOU – *Memorandum of Understanding*) entre a ONU e o país que oferta sua capacidade de emprego, a Declaração de Requisitos de Unidades (SUR – *Statement of Units Requirement*), e o acordo do status de atuação das forças militares estrangeiras dentro do território do país hospedeiro em regime consensual (SOFA – *Status of Forces Agreement*).

## **2. O Poder Aéreo nas Operações de Paz**

O Poder aeroespacial desenvolveu-se ao longo do século XX e início do século XXI com significativa velocidade, impulsionado, sobretudo, pelos grandes conflitos da humanidade ocorridos neste período, frente à necessidade das nações de lutarem contra inimigos externos em defesa de sua soberania. Entretanto, fruto da bem-sucedida atuação das operações de manutenção da paz das Nações Unidas como uma ferramenta para mitigar os efeitos danosos da guerra, foram mitigados também os elementos que nutriam os avanços das tecnologias e táticas relacionados ao emprego do Poder Aeroespacial, uma vez que a guerra moderna passou a caracterizar-se pela assimetria de forças em conflitos regionais ou intranacionais e pela difícil identificação do oponente não-estatal, conforme descrito por Sheehan (2013).

Walter Dorn (2014) descreve que o preparo para as Operações de Paz exige um protocolo complementar à capacitação técnica e profissional desenvolvida pelas Forças Aéreas ao longo do processo de formação de seus efetivos, pois dada a especificidade do propósito a que se destina, este processo demanda a orientação doutrinária baseada nas melhores práticas e lições aprendidas ao longo de décadas de Operações de Paz, visando capacitar os recursos humanos que comporão as Unidades Aéreas Militares para atuar em cenários instáveis de diversidade cultural, típicos destas Operações.

Ao mesmo tempo, Novosseloff (2017) destaca que unidades aéreas se apresentam desde as primeiras operações de paz da ONU como importantes atores, capazes de atribuir celeridade e precisão às ações implementadas em um contexto de crise humanitária e instabilidade, como aquele historicamente observado nos países e regiões hospedeiras de operações de paz. A partir da execução de tarefas aéreas de transporte de carga e de passageiros, reconhecimento aéreo, ou mesmo de emprego direto da força e o assalto aéreo, tem sido possível implementar o mandato das operações de paz que estão em curso atualmente, onde tais ações têm-se demonstrado essenciais e altamente eficazes para a proteção de civis e para a deterrência sobre os atores hostis.

### **3. Ofertas de Capacidades**

As Nações Unidas não possuem meios aéreos próprios para a realização das diversas tarefas aéreas que tornam possíveis as operações de paz (ONU, 2012), contando desta forma, com meios aéreos de empresas contratadas ou de unidades aéreas militares dos países membros que ofertam suas capacidades por meio do Sistema UNPCRS.

#### **3.1. Sistema UNPCRS**

O Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNPCRS – *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System*) consiste em uma das formas encontradas para que os países contribuintes como o Brasil apresentem suas ofertas<sup>1</sup> de capacidades juntamente com o seu nível de prontidão para que ocorra o desdobramento tático, operacional ou mesmo estratégico dos meios aptos a aplicar tais capacidades de acordo com as necessidades observadas na condução das diversas Operações de Paz em andamento (ONU, 2019).

Este sistema adota uma sequência de quatro estágios sucessivos (Quadro 1) representados inicialmente, pelo primeiro nível em que há uma promessa formal do País Contribuinte sobre o interesse em desdobrar

---

<sup>1</sup> Estas ofertas são denominadas pela diretriz que rege o Sistema UNPCRS (ONU, 2019) pelo termo “*pledge*” que possui o teor semântico equivalente ao de uma promessa ou de um compromisso que se origina de uma das partes envolvidas. Neste caso, do Estado Brasileiro.

equipamentos ou especialistas capacitados ao cumprimento das tarefas dos mandatos de uma Operação.

O segundo nível é marcado pela Visita de Avaliação e Verificação (AVV – *Assessment and Verification Visit*) conduzida pelo DPO (*Department of Peace Operations*), em que especialistas das Nações Unidas analisam o grau de preparo do Estado-Membro em termos de pessoal capacitado e meios materiais prontos para atender às expectativas conforme discriminado na oferta formal apresentada pelo país.

O terceiro nível remete à confecção de um Memorando de Entendimento (MOU – *Memorandum of Understanding*) detalhado, abordando quais são as capacidades e condições de emprego dos recursos a serem cedidos para Operações de Paz. Neste nível são iniciadas as definições acerca da SUR (*Statment of Unit Requirements*) e da LOA (*Letter of Assistance*) quando aplicáveis.

**Quadro 1** - Níveis do Sistema UNPCRS.

Nível	Critérios
1	O País Contribuinte faz a oferta de uma Unidade Militar ou capacidade através de página eletrônica do UNPCRS <sup>2</sup> informando sua composição, equipamentos, detalhes sobre recursos humanos e a certificação de cumprimento do CPTM <sup>3</sup> , STM <sup>4</sup> e capacitação militar de acordo com o <b>Protocolo de Preparo</b> e os requisitos básicos estabelecidos pelo DPO.
2	Com base nos requisitos operacionais da ONU, as ofertas do Nível 1 serão elevadas ao nível 2 por meio de um processo de negociação preliminar do MOU e uma <b>Visita de Avaliação e Aconselhamento</b> (AAV) por uma equipe da sede da ONU composta por membros do Serviço de Geração da Força (FGS – <i>Force Generation Service</i> ) e do Departamento de Suporte Operacional (DOS).

(continua)

<sup>2</sup> A Página Eletrônica do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz deve ser preenchida e renovada anualmente pelos Países Contribuintes de acordo com a sua Estrutura Governamental, ficando no caso do Brasil à cargo do Ministério da Defesa em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores através do endereço eletrônico [www.https://pcrs.un.org](https://pcrs.un.org).

<sup>3</sup> CPTM – *Core Predeployment Training Material*, trata do conteúdo exigido a todos aqueles militares e policiais que compõem o efetivo presente em operações de paz das Nações Unidas

<sup>4</sup> STM – *Specialized Training Material*, representa o conteúdo específico requerido dos participantes em posições especializadas em operações de paz, tais como componentes de Unidades Aéreas Militares.

(continuação)

Nível	Critérios
3	<p>Neste Nível as unidades já alcançaram um grau adequado de preparação. São realizadas gestões governamentais e militares para a negociação do <b>MOU</b> detalhado, bem como a <b>LOA</b> e a <b>SUR</b>. O país fornece a lista de carga para planejamento do desdobramento pelo DOS.</p> <p><i>Rapid Deployment Level</i> – Nível de Desdobramento Rápido: O País contribuinte RDL compromete-se a <b>desdobrar dentro de 30/60/90 dias</b> após a solicitação da ONU.</p>

**Fonte:** o autor, adaptado de ONU (2019).

Por fim, há o nível de desdobramento rápido, cujo principal critério refere-se à capacidade do detentor dos recursos humanos e materiais devidamente preparados em transferi-los à tutela da ONU dentro de 30, 60 ou 90 dias (ONU, 2019).

### 3.2. Unidades Aéreas Ofertadas

De acordo com o Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas, o Estado Brasileiro possui o registro de diversas capacidades ofertadas para o eventual emprego em operações de paz, estando entre elas, três unidades aéreas militares dotadas das aeronaves A-29 Tucano, H-60L Black Hawk e C-295 Casa, este último, reconhecido no âmbito da Força Aérea Brasileira como C-105 Amazonas.

De acordo com o Manual de Unidades Aéreas Militares em Operações de Paz das Nações Unidas publicado em 2021 (ONU, 2021), cada uma destas aeronaves possui uma série de tarefas e capacidades específicas que podem ser desempenhadas para o atingimento de objetivos relacionados ao cumprimento dos mandatos das Operações de paz.

Após a Visita de Avaliação e Aconselhamento (AAV – *Assessment and Advisory Visit*) realizada pela ONU no ano de 2018, foram reconhecidas as capacidades representadas pelas unidades aéreas como estando no nível 2 do sistema UNPCRS.

### 3.2.1. A-29 Super Tucano Unidade Armada de Ataque Asas Fixas

A Unidade Armada de Ataque é um recurso da Força, e deve ser capaz de atuar dia e noite no apoio às operações. Tem uma função primordialmente defensiva e dissuasora, especialmente na Proteção de Civis (PoC) e deve ser capaz de manter seu pessoal e equipamento. A aeronave deve possuir capacidade para operações 24 horas por dia, 7 dias por semana.

**Foto 1** – Aeronave A-29 Super Tucano.



**Fonte:** United Nations Military Aviation Unit Manual (ONU, 2021).

A unidade Armada de Ataque Asas Fixas tem as seguintes tarefas primárias:

- Apoio de fogo às forças terrestres da ONU.
- Interdição / neutralização de elementos ou armas hostis, particularmente como parte da proteção de civis.
- Vigilância e reconhecimento da área.
- Escolta; e
- Apoio de fogo para operações de busca e salvamento.

### 3.2.2. H-60L Black Hawk – Unidade de Helicóptero Utilitário Médio

O papel principal da unidade de helicóptero utilitário médio é a projeção de força em toda a área da Missão, particularmente, o rápido deslocamento de tropas especializadas. A função secundária da unidade é o apoio logístico e suporte às várias responsabilidades de monitoramento da missão que contribuem para a consciência situacional e a tomada de decisão. A Unidade de

Helicóptero Utilitário Médio é um ativo da Força, às vezes atribuído ao nível de brigada / setor, fornecendo, dia e noite, apoio tático e logístico. A unidade é normalmente localizada na sede do setor e permanece sob a autoridade do Comandante da Força (*Force Commander*). De 25 a 30% de seus helicópteros podem ser destacados para outra parte da área de operações por até 30 dias, ou conforme especificado na LOA. A unidade deve ser capaz de sustentar seu pessoal e equipamento para operações 24 horas por dia, 7 dias por semana.

**Foto 2** - Helicóptero Utilitário Médio H-60 Black Hawk em Operação de Paz.



**Fonte:** United States National Archives (US, 1994).

A unidade de helicóptero utilitário médio tem as seguintes tarefas:

- Vigilância e reconhecimento.
- Patrulhas aéreas.
- Operações de assalto aéreo / reação rápida.
- Operações de reconhecimento do local de pouso de helicópteros.
- Operações conjuntas.
- Operações de busca e salvamento.
- CASEVAC / MEDEVAC (*Casualty Evacuation/Medical Evacuation*).
- Transporte de passageiros.
- Tarefas de vigilância e reconhecimento.
- Transporte de cargas (interno e guincho).

### 3.2.3. C-295 Casa / C-105 Amazonas – Unidade de Transporte Aerotático

A unidade de transporte / transporte aerotático é um recurso da Força atuando dia e noite em apoio às operações da Missão. Sua função primária é transporte e lançamento de cargas, e pode ser empregada para transporte de passageiros em sua função secundária. A unidade deve ser capaz de sustentar seu pessoal e equipamento, bem como sustentar operações 24 horas por dia, 7 dias por semana em aeródromos onde haja pouso e decolagem noturnos disponíveis.

**Foto 3** – Aeronave de Transporte Aerotático C-295 Casa / C-105 Amazonas.



**Fonte:** United Nations Military Aviation Unit Manual (ONU, 2021).

A unidade de transporte aerotático tem como tarefa principal, prestar apoio de transporte aéreo para a missão.

Tarefas secundárias:

- Aumento das capacidades CASEVAC / MEDEVAC.
- Transporte de passageiros.
- Transporte de cargas.

## 4. Treinamento e Simulação

Tendo em vista a limitação de recursos humanos e materiais envolvidos no eventual treinamento do planejamento e acompanhamento das tarefas a serem desempenhadas em operações de paz, além do foco sobre os agentes decisores em um cenário específico de operações de paz, as melhores práticas e lições aprendidas de processos treinamentos anteriores indicam como sendo

as modalidades de treinamento, o TTX (*Table Top Exercise*), o CPX (*Command Post Exercise*), e o SBE (*Scenario Based Exercise*) como aquelas recomendadas para adestrar a audiência de treinamento com escopo sobre o processo decisório e ações de comando.

O Exercício VIKING 22, a partir do advento do software EXONAUT é capaz de implementar a modalidade conhecida como “exercício assistido por computador”, ou simplesmente, CAX (*Computer Assisted Exercise*), como é usualmente conhecido. Tal ferramenta permite a condução simultânea de tarefas por diversos agentes em diferentes localidades, bem como a análise de desempenho em relação às reações obtidas frente aos incidentes simulados propostos.

#### 4.1. Emprego de Recursos

O preparo de comandantes e do corpo de decisores que compõem o estado-maior de Unidades militares para a atuação em Operações de paz, normalmente exige anos de experimentação e atuação em operações reais com o consumo de recursos materiais, tais como, combustível, manutenção, alimentação, transporte, alojamento, munição, além da capacitação técnica e manutenção operacional de centenas ou mesmo milhares de homens e mulheres necessários para a condução de operações e exercícios militares conjuntos e combinados focados no cenário das operações de paz.

Desta forma, a grande vantagem da participação brasileira em um exercício como o VIKING 22 recai na possibilidade de preparar decisores e membros de unidades militares no planejamento e nas ações de comando e controle que envolvem a realização de tarefas aéreas em operações de paz, com um consumo reduzido de recursos humanos e materiais, ao se comparar com o montante que seria necessário caso fossem praticadas as mesmas tarefas em eventos não simulados.

#### 4.2. Plataforma de Simulação

A plataforma empregada para a condução do Exercício VIKING 22 é o software chamado EXONAUT, que possui uma interface que permite a integração entre a direção geral do exercício e os Sites remotos distribuídos em diferentes países, sendo um deles o Brasil, em que a estrutura física real que

acomodar a execução do exercício, está situada nas dependências do Comando Militar do Planalto, uma vez que esta edição do evento está sendo gerenciada pelo Exército Brasileiro no que se refere ao funcionamento do “Site Brasil”

Vale destacar, que além do Brasil, o Exercício será realizado com ações de planejamento e acompanhamento de tarefas integradas em outros 6 diferentes “sites” localizados na Bósnia Herzegovina, Bulgária, Finlândia, Suécia Qatar e Ucrânia.

## **5. Exercício VIKING 22**

Este é um exercício de posto de comando assistido por computador (CPX – *Command Post Exercise / CAX – Computer Assisted Exercise*) organizado pelas Forças Armadas Suecas em cooperação com a Universidade de Defesa da Suécia. O Exercício VIKING é multinacional e realizado em coordenação com diversos países que atuam simultaneamente e de maneira remota. O VIKING 22 é apoiado pela Universidade Nacional de Defesa da Finlândia, pelas Forças Armadas Finlandesas e pelo Departamento de Defesa dos EUA. O cenário de exercício é baseado no Capítulo VII da Carta da ONU, que trata da possibilidade de emprego da força e medidas coercitivas para a implementação do mandato com o objetivo principal de proteção de civis.

### **5.1. Objetivos do Exercício**

Os objetivos do exercício VIKING 22 são promover a compreensão mútua, confiança, cooperação e interoperabilidade entre todas as forças contribuintes e afetadas, organizações, escritórios e pessoal militares e civis em uma abordagem abrangente, compreender e aplicar o comando e gerenciamento de missão, funções do pessoal, procedimentos e estruturas, bem como processos de planejamento coordenado, além de compreender e aplicar os conceitos operacionais atuais que refletem os desafios presentes e futuros nas operações de paz multinacionais e dimensionais (SAF, 2021).

Um dos principais intuítos deste tipo de treinamento é criar um ambiente que apoie e facilite o desenvolvimento e experimentação de métodos, conceitos operacionais e tecnológicos focados em uma audiência capaz de replicar os

conceitos empregados e aprimorar o preparo geral de suas forças nacionais para operações de paz.

Entre todos os participantes do Exercício, pode-se destacar uma série de objetivos comuns, tais como:

#### 5.1.1. Abordagem abrangente

Organizar a coordenação e a cooperação multilateral com outros atores incluindo a OTAN, agências da ONU, fundos e programas, organizações regionais, forças paralelas e organizações internacionais e ONGs, além de conduzir a coordenação civil / militar.

#### 5.1.2. Condução de Operações

Executar as operações correntes de acordo com o Procedimento Operacional Padrão (SOP – *Standard Operating Procedures*), ordens e políticas relevantes válidas.

#### 5.1.3. Planejamento operacional integrado

Implementar o processo de tomada de decisão e o planejamento operacional, com base na autoridade organizacional, política de comando e controle, funções da equipe, funções, procedimentos, estruturas e processos de planejamento coordenado.

#### 5.1.4. Proteção de Civis

Preparar atividades de mitigação de risco de nível operacional e tático para proteger civis por meio de diálogo e engajamento, proteção física e ambiente estável.

#### 5.1.5. Coordenação de inteligência

Manter consciência situacional e compartilhar informações de inteligência em apoio às operações.

#### 5.1.6. Força de Proteção

Aplicar uma abordagem integrada para planejar e conduzir a proteção da força com base em avisos antecipados identificados, ameaças simétricas, assimétricas e híbridas.

#### 5.1.7. Comunicação Estratégica

Implementar uma estratégia de comunicação de apoio à operação, e em resposta à desinformação, contrainformação e discurso de ódio.

### 5.2. Eventos e Incidentes

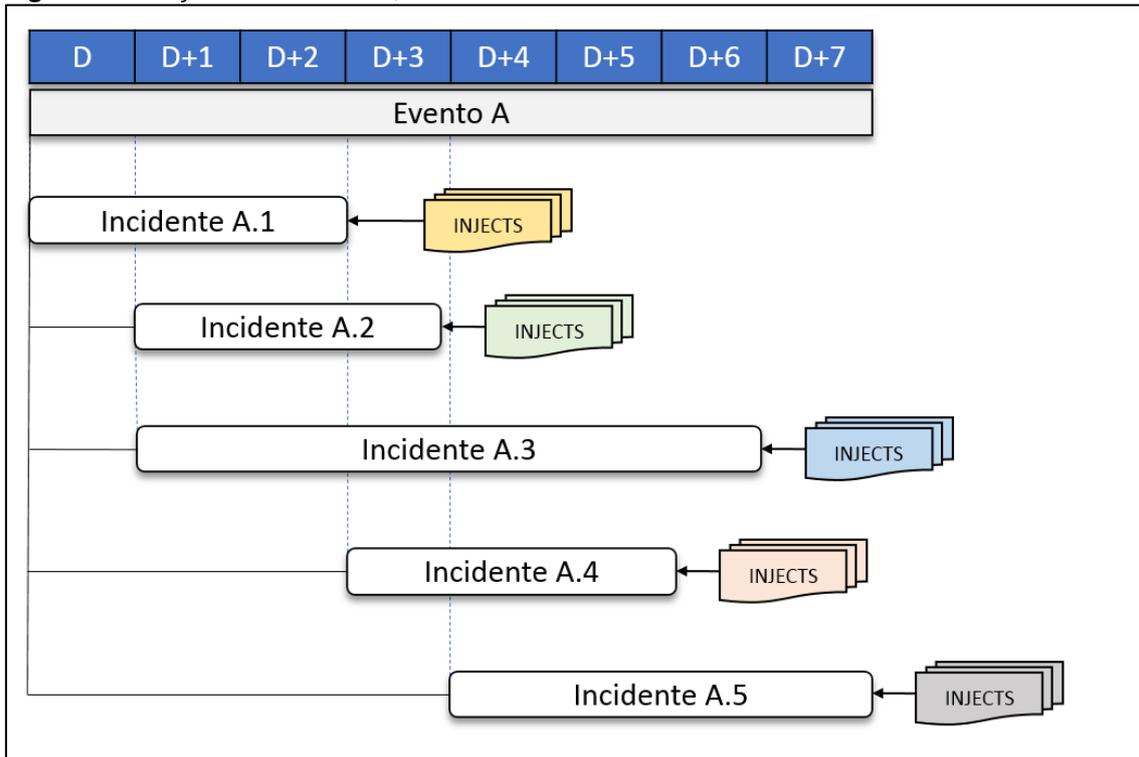
Dentro da metodologia aplicada ao exercício, são utilizados os conceitos de eventos e incidentes para atribuir a dinâmica de acompanhamento das tarefas a serem designadas a partir de um comando centralizado para os *sites* remotos que correspondem à agentes específicos com áreas de responsabilidades atribuídas pelo mandato da missão de paz simulada dentro do cenário.

Os eventos representam um elemento conceitual no qual estão inseridos os incidentes.

Já os incidentes derivados dos eventos são ocorrências com início e fim bem definidos cujos recursos atribuídos referem-se às necessidades e limitações características de operações de paz. Entre os vários incidentes realizados em um exercício como o VIKING 22, há aqueles chamados de incidentes chave, ou *Key Incidents*, que conferem ao exercício o ritmo de batalha com base nos objetivos de treinamento a serem alcançados pela audiência em cada um dos “sites remotos”.

Cada incidente recebe informações de ocorrências pontuais enviadas a partir da direção central do exercício, para as quais há ações esperadas a serem adotadas pela audiência de treinamento. Estas ocorrências pontuais são designadas dentro do sistema de simulação como “*injects*”.

A “Figura 1” apresenta a relação entre eventos, incidentes e *injects*, por meio de um exemplo com cinco incidentes distribuídos ao longo de oito dias nos quais podem ser inseridos uma série de *injects* que demandarão reações de planejamento e de coordenação dos elementos componentes da audiência de treinamento. Esta deve tomar por base os recursos e elementos de cenários previamente estabelecidos como limitações às possibilidades de solução.

**Figura 1.** Relação entre Eventos, Incidentes e INJECTS.

Fonte: O Autor, a partir de (SAF, 2021)

Cada um dos *injects* inseridos nos Incidentes é concebido de acordo com os objetivos de treinamento a serem alcançados, e desta maneira possuem também ações esperadas da audiência de treinamento que levam em consideração o histórico das operações de paz, as convenções e tratados relacionados ao assunto, além dos documentos de missão de paz como os SOP, SUR, MOU, SOFA, LOA, o próprio mandato da Missão, bem como demais documentos relevantes.

### 5.3. Perspectivas

Institucionalmente para as Forças Armadas Brasileiras, e em particular, para a Força Aérea Brasileira, a participação no Exercício VIKING 22 propicia uma oportunidade de prática e desenvolvimento das ações de comando e controle demandadas dos agentes decisores em postos de liderança e de Estado-Maior componentes de uma unidade aérea militar a ser eventualmente desdobrada em operação de paz das Nações Unidas.

Há grande expectativa na possibilidade de compartilhamento de experiências por meio da participação combinada com Forças militares estrangeiras. Algumas delas com longo histórico de participação com meios

aéreos em operações reais em ambientes de operações de paz ou crises humanitárias nos quais o Brasil busca aprimorar-se.

A possibilidade de ações integradas junto aos componentes civis e policiais, apresenta um desafio para a audiência de treinamento diretamente ligada ao planejamento, e concomitantemente oferece uma oportunidade de melhoria neste tipo de atuação que caracteriza o ambiente de conflito moderno.

A principal perspectiva, desta forma, recai sobre a possibilidade de projeção dos conceitos e técnicas empregados no decorrer do referido exercício, ao desenvolver o conhecimento, habilidades e atitudes direcionadas à melhor atuação de unidades aéreas militares em Operações de Paz.

#### 5.4. Necessidades

A grande vantagem observada em um exercício como o VIKING 22, é a possibilidade de treinamento e o adestramento de ações específicas de comando e controle sem emprego de vultuosas quantias ou mesmo a necessidade de aquisição de novos equipamentos, uma vez que os recursos humanos e materiais necessários já estão presentes no cotidiano das Forças Armadas Brasileiras.

No entanto é necessário grande empenho pessoal dos entes envolvidos no planejamento que precede o exercício, tendo em vista a integração de instituições militares e civis com diferentes culturas organizacionais.

Por ser um Exercício assistido por computador (CAX), há evidente pertinência sobre a importância das ações em rede, dos materiais telemáticos e sobretudo dos agentes de suporte técnico. Para tanto, os eventos de coordenação técnica devem preceder o exercício e focar em etapas que possibilitem a aquisição do conhecimento necessário para resolução de problemas e ajustes, mesmo durante o exercício.

Outro importante aspecto a ser observado é a confecção da lista de eventos e de incidentes principais, pois estas devem estar claramente relacionadas aos objetivos de treinamento e coerentes com o cenário do exercício.

## **6. Conclusão**

Tendo em vista as possibilidades de desenvolvimento das ações de planejamento, comando e controle, focadas em meio à um ambiente simulado que reflete as limitações e dificuldades típicas das ações ocorridas no contexto de operações de paz, o Exercício VIKING 22 apresenta-se como uma oportunidade ideal para o adestramento de elementos decisores e componentes de estado-maior para o possível desdobramento de unidades aéreas brasileiras em operações de paz.

A possibilidade de emprego de unidades aéreas militares brasileiras em operações de paz das Nações Unidas, constitui uma realidade atual, tendo em vista que as ofertas do País ao sistema UNPCRS já foram avaliadas, e estão neste momento no nível em que necessitam de poucos acertos políticos e administrativos para seu efetivo desdobramento.

O emprego do poder aeroespacial em operações de paz é um elemento essencial para a implementação de seus mandatos a partir de tarefas aéreas planejadas e coordenadas com especial observância das limitações e possibilidades específicas deste tipo de ambiente operacional.

O Desenvolvimento de competências específicas para o emprego do poder aeroespacial em ambientes de crise humanitária típicos dos locais onde ocorrem as operações de paz é um desafio que exige treinos e adestramento focado nos elementos decisores e membros de estado-maior.

Tais fatores fazem do Exercício VIKING 22 uma oportunidade significativa de melhoria e desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes necessários ao bom desempenho de unidades aéreas militares brasileiras, que porventura venham a ser desdobradas em operações de paz das Nações Unidas.

## Referências Bibliográficas

DORN, A. Walter. *Air Power in UN Operations: Wings for Peace*, Farnham, UK. 2014.

NOVOSSELOFF, Alexandra. *Keeping Peace from Above: Air Assets in UN Peace Operations*. **Available at SSRN 3068240**, 2017.

ONU. UNITED NATIONS, **United Nations Aviation Standards for Peacekeeping and Humanitarian Air Transport Operations** – DPKO: New York, 2012.

ONU. UNITED NATIONS, **Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS)** – Guidelines Ref. 2019.01, DPO: New York, 2019.

ONU. UNITED NATIONS, **United Nations Peacekeeping Mission Military Aviation Unit Manual** – DPKO: New York, 2021.

SAF-JTC. SWEDISH ARMED FORCES JOINT TRAINING CENTRE. Portal for Common Planning of International Exercises, **PLANEX**, disponível em <<https://planex.mil.se/Pages/default.aspx>>, acessado em 18 de novembro de 2021. Estocolmo-Suécia, 2021.

SHEEHAN, Michael. The evolution of modern warfare. **Strategy in the Contemporary World**, p. 39-59, 2013.

US. United States National Archives, Public Domain Archive. **US Secretary of Defense William J. Perry departs from Camp Able Sentry on a UH-60 helicopter for an Observation Post site**. Macedonia, Skopje, 1994.